

País usa plano como

BRAZILIENSE

Brasília, sábado, 5 de maio de 1990 7

trunfo junto ao FMI

Rio — O embaixador Jório Dauster, que embarcou ontem para os Estados Unidos acompanhando a ministra da Economia, disse que o ajuste econômico feito pelo Governo é o grande trunfo do Brasil na negociação da dívida externa. “Nós vamos com a casa arrumada e isso nos dá credibilidade”, disse Dauster. Ele acrescentou, no entanto, que o processo de renegociação é extremamente complexo, porque exige uma solução duradoura, que passa obrigatoriamente pela redução da dívida.

A possibilidade de que o Fundo Monetário Internacional (FMI), pressionado pelos bancos credores, venha a “apertar” o Brasil durante as negociações não assusta Dauster.

“A tomada de posição geral dos bancos é natural. Se não houvesse divergência não haveria o que negociar. Mas o que deve ser considerado é que não buscamos o confronto e sim uma solução permanente, de modo que dentro de dois ou três anos, o Brasil não se encontre mais uma vez ina-

dimplente” garantiu.

A questão da redução da dívida externa não deverá ter dificuldades para ser aceita, segundo Dauster, porque é de consenso internacional desde que começou a se discutir o Plano Brady, no ano passado.

“Quando em 1982 explodiu a história da dívida externa, todos da comunidade financeira internacional pensavam que era um problema passageiro e que poderia ser resolvido, a curto prazo, com o ajuste interno e o escalonamento. Mas o problema evoluiu e mostrou que era bem mais grave, porque estava dependendo de questões estruturais. O entendimento passou a ser de que os países endividados precisavam retomar o crescimento. Com o Plano Brady, acrescentou-se as questões de ajuste interno e crescimento econômico, a redução da dívida. Resta saber quanto e como será feito isso” afirmou.

RESTRICÇÕES

Dauster descartou, no entanto, que a redução da dívida externa

brasileira seja feita nos mesmos moldes do que foi feito no México ou Venezuela. “Em todos esses países, as dívidas foram reduzidas, mas cada um teve uma resolução diferente. A solução não se compra na farmácia”, frisou.

Mas qualquer que seja o tratamento para o pagamento dos juros Jório Dauster deixou claro que a experiência anterior de megasuperávits não deve mais ser ressuscitada. “A experiência comprovou que essa não é a solução”, disse. O Governo, segundo ele, enfrenta hoje restrições da ordem fiscal e monetária, que condicionam o pagamento da dívida à capacidade interna de gerar cruzeiros para bancar um saldo comercial excessivo.

A liberação das importações de produtos antes proibidos pelo anexo da antiga Cacex (Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil) são, segundo Dauster, positivas. “A restrição às importações era uma política incoerente com a necessidade de abertura de mercado e economia competitiva”, afirmou.